

COMUNICAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE O USO DA COMUNICAÇÃO POR ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NA PREVENÇÃO DE QUEIMADAS NO ESTADO DO PARÁ

Luciana Miranda COSTA

(UFPA/NAEA)

Aborda a questão ambiental sob um enfoque específico, qual seja, apresenta reflexões e dados preliminares coletados em campo (municípios de Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Marabá) que possam contribuir com o debate sobre as campanhas de prevenção de queimadas no estado do Pará. Órgãos governamentais e organizações não governamentais, em parceria ou isoladamente, têm procurado incrementar os canais de comunicação com as populações (fazendeiros, posseiros, pequenos proprietários de terra etc.) que utilizam o fogo como instrumento em suas atividades agrícolas e pecuárias. Busca investigar, portanto, como se dá a participação da comunicação midiática no processo de divulgação e discussão dos problemas ambientais, particularmente, no que se refere à prevenção de queimadas.

Palavras-chave: Comunicação Ambiental, Pará – Queimadas, Pará – Preservação Ambiental, Queimadas, Preservação Ambiental

INTRODUÇÃO

Este trabalho, integrante de uma pesquisa que teve início no primeiro semestre de 2000, pretende abordar a questão ambiental sob um enfoque específico. Não se trata de apresentar resultados conclusivos, mas antes, apresentar reflexões e dados preliminares coletados em campo, que possam vir a contribuir para o debate sobre as campanhas de prevenção de queimadas no estado do Pará, ressaltando-se que o termo queimadas está sendo utilizado, aqui, como sinônimo de “*fogo acidental*” ou “*fogo fora de controle*”. Faz referência ao instrumento utilizado na agricultura e pecuária para limpar as áreas que serão utilizadas no plantio e na manutenção de pastos, e que, muitas vezes, foge ao controle do agricultor/pecuarista, atingindo áreas maiores do que o previsto inicialmente e causando prejuízos econômicos e ambientais.

Como visto a seguir, órgãos governamentais e organizações não governamentais (ONGs), em parceria ou isoladamente, têm procurado incrementar os canais de comunicação com as populações (fazendeiros, posseiros, pequenos proprietários de terra etc.) que utilizam o fogo como instrumento na agricultura e pecuária. É a partir desta constatação, que surge o interesse em investigar de que forma vem se dando a participação da comunicação midiática no processo de discussão dos problemas ambientais, particularmente, mas não exclusivamente, no que se refere à prevenção de queimadas, com o objetivo de fornecer subsídios para complementação de programas de educação ambiental.

Neste sentido, este texto foi estruturado para indicar alguns elementos teóricos relevantes para a temática, apresentar os dados preliminares coletados em campo e os objetivos gerais que nortearão a pesquisa como um todo. Serão encontrados, abaixo, breve histórico sobre a questão ambiental no Brasil e sobre o incremento e a receptividade às campanhas de prevenção de queimadas.

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA PESQUISA

As pesquisas realizadas por Jesús Barbero, Nestor Garcia Canclini, Ball-Rockeach, De Fleur e Lins da Silva, entre outros, revelaram que, pela natureza complexa da comunicação, os efeitos que ela gera dependem de uma interação entre “*os meios; as mensagens, as intenções do comunicador; as preferências e predisposições do receptor; além das condições gerais que interpenetram todo o processo comunicativo*” (Beltrão; Quirino, 1986, p. 191). Os objetivos ora listados buscam contemplar esta interação:

- analisar o papel da comunicação na sua estreita relação com a preservação ambiental, tomando a prevenção de “*fogo acidental*” como uma das formas de preservar os recursos naturais, em particular, a floresta;
- analisar qual a eficácia, se existir, dos mecanismos de comunicação utilizados por organizações governamentais e não governamentais na prevenção do “*fogo acidental*”, num contexto em que o uso do fogo ainda tem se mostrado constante, a par dos riscos ambientais envolvidos e das campanhas de prevenção implementadas;

- analisar como os moradores das localidades nas quais estão sendo ou foram implementadas ações para prevenção de “*fogo acidental*” têm assimilado as informações fornecidas por ONGs e órgãos governamentais sobre prevenção de “*fogo acidental*” (cartilhas, *spots* radiofônicos, cursos de capacitação, reuniões comunitárias etc.) e se essas informações têm influenciado os canais de decisão interna das comunidades;
- analisar como tem se dado a assimilação dessas informações, ou seja, através de que elementos discursivos ou simbólicos das populações alvo dessas informações, pode-se identificar o potencial crítico de recepção das mensagens;
- analisar que elementos presentes nestas mensagens são recorrentes no discurso do público-alvo, ao se tratar diretamente ou indiretamente do tema queimadas ou preservação ambiental;
- analisar qual foi a cobertura dos principais jornais e rádios locais sobre o tema meio ambiente, em particular, a cobertura relacionada às ações das instituições envolvidas e como essa abordagem da mídia reforçou a comunicação produzida pelas instituições e direcionadas às populações alvo.

As áreas da pesquisa de campo

Procurou-se levar em conta nesta escolha, localidades/municípios com diferentes características climáticas; de vegetação; de organização de seus habitantes (presença de associações comunitárias, ações coletivas com objetivos comuns etc.); de formação histórica, econômica, fundiária e cultural; e nas quais tivessem sido utilizados instrumentos de comunicação por parte de órgãos governamentais e ONGs visando à prevenção de “*fogo acidental*”, quer através da mídia ou de iniciativas específicas. A escolha de localidades em municípios paraenses deveu-se a uma questão prática: a maior facilidade de acesso às áreas e a elevada e comprovada incidência de “*fogo acidental*” nessas localidades.

As áreas, que chamaremos de áreas-pólo, previamente selecionadas são: Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia, Marabá, Altamira, Santarém e Paragominas. As áreas escolhidas são alvo de campanhas de grandes programas de prevenção de queimadas: PROTEGER (ONGs mais Ministério do Meio Ambiente), PROARCO/Amazônia Fique Legal (Ministério do Meio Ambiente), Amigos da Terra e IPAM (ONGs).

Pretende-se empreender um estudo comparativo em cada área-pólo, de duas ou mais localidades que tenham sido alvo das campanhas e de duas comunidades que não o tenham sido,

pelo menos, diretamente. Buscar-se-á verificar e analisar de que maneira as populações das localidades lidam com a questão do “*fogo acidental*”, que resulta em queimadas descontroladas. O estudo permitirá também, uma comparação entre as diferentes áreas-pólo.

Neste texto, constam dados preliminares da pesquisa realizada em campo nos municípios de Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Marabá. A seguir, apresentaremos ao leitor alguns elementos do contexto histórico, no qual as campanhas de prevenção de queimadas estão inseridas.

A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) foi criada, em 1974, pelo então Presidente Geisel, com atribuições voltadas para a conservação ambiental e o uso racional dos recursos naturais. Tinha o objetivo de atender as exigências de alguns organismos internacionais que requeriam a existência formal deste tipo de órgão, além da elaboração de relatórios de impacto ambiental para a aprovação de empréstimos destinados a grandes obras públicas (Viola, 1987). A proteção ambiental adquiriu *status* constitucional no País com a promulgação da Constituição Federal em 1988, em que se destacam dois grandes princípios:

- *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado;*
- *o poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente.*

Do ponto de vista ambiental, a posição brasileira, no início da década de 70, foi produto da aliança tecnoburocrata militar. Suas políticas se basearam, e assim se mantiveram nos anos seguintes, na primazia do crescimento econômico adicionada à consideração dos problemas ambientais de acordo com os preceitos de soberania e segurança (Ferreira, 1998, p. 82). A linha mestra da política ambiental tem sido o “*desenvolvimento com baixo custo ecológico*”, o que segundo a autora, constitui eufemismo “*...criado pelo regime militar para dissimular o verdadeiro sentimento da ideologia desenvolvimentista*” (p.126).

As políticas ambientais, conforme demonstra a autora, ainda são baseadas nas propostas do II Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975. O perfil organizacional dos órgãos ambientais definido naquele período reforça o caráter corretivo para resolução dos problemas impostos pelo

modelo de desenvolvimento. Ou seja, não havia prioridade para as ações preventivas na área ambiental, o que pode ser constatado pela falta de capacitação de seus técnicos nesta área.

Se por um lado, as políticas públicas, hoje, têm apontado para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no País; por outro, o poder público não tem conseguido impor o cumprimento de parte significativa da legislação ambiental pelos indivíduos e empresas. Além disto, a escassez acentuada dos recursos que sustentam os programas de pesquisa em biotecnologia e em novos materiais tem evidenciado a ausência de prioridade para a área. Desta forma, as políticas ambientais formuladas e implementadas, no Brasil, direcionam-se, geralmente, para os aspectos preservacionistas da questão ambiental, estão concentradas nas áreas mais degradadas do País e apresentam-se, predominantemente, desvinculadas das demais políticas governamentais (Ferreira, 1998).

FOGO: EMERGÊNCIA CRÔNICA

Em agosto de 1988, foi criada a Comissão Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais e, em 1989, o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PREVFOGO), na esfera do IBAMA. No âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP-G7), desde dezembro de 1996, está sendo formulado o Projeto de Monitoramento e Controle de Desmatamentos e Queimadas na Amazônia (PRODESQUE), a ser coordenado pelo IBAMA. No entanto, apesar da existência desses programas governamentais e da preparação do PRODESQUE, somente a partir do incêndio florestal de Roraima, medidas mais amplas começaram a ser tomadas pelo Governo federal.

A ocorrência do incêndio de Roraima em 1998 fez com que o Governo criasse um instrumento emergencial que tratasse da questão: o Projeto Emergencial de Prevenção e Controle de Incêndios na Amazônia (PROARCO), lançado em maio de 1998. O PROARCO procurava resolver os problemas enfrentados pelo Governo federal na execução de programas e projetos similares, entre os problemas, a falta de recursos.

No final de abril de 1998, o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA), que congrega diversas instituições da sociedade civil (Sindicato de Trabalhadores Rurais, ONGs, associações comunitárias etc.) e o IBAMA, no âmbito do PROARCO, elaboraram e concluíram a metodologia do Projeto de Mobilização e Capacitação em Prevenção e Combate a Incêndios

Florestais na Amazônia (PROTEGER), promovendo o envolvimento das organizações dos trabalhadores rurais da Amazônia Legal. O PROTEGER foi desenhado como projeto emergencial de campanha com vistas a contribuir para amenizar alguns dos “efeitos de longa estiagem”, decorrentes do fenômeno *El Niño*, em 1998.

A experiência do PROTEGER, de caráter mais abrangente, somou-se a uma série de outras experiências empreendidas por órgãos governamentais e não governamentais, que, individualmente ou em parceria, visam à prevenção e ao controle de queimadas fora de controle como forma de preservar o meio ambiente e evitar danos materiais. Além de pesquisas científicas, têm se buscado instrumentais que permitam a assimilação de técnicas de prevenção por pequenos agricultores, fazendeiros e madeireiras.

A comunicação, visando à divulgação e assimilação de informações para o maior número possível de pessoas, permeia tal objetivo e tem sido utilizada de diversas formas, quer através de reuniões nas localidades sob risco de “fogo acidental”, quer através de cartilhas, mensagens radiofônicas, cartazes, informes televisivos etc.

AS CAMPANHAS DE PREVENÇÃO DE QUEIMADAS

Nos últimos anos, tem se verificado aumento significativo de publicações, documentários, campanhas de publicidade sobre o meio ambiente, mas é sobretudo por meio dos jornais, do rádio e televisão, que as questões ambientais têm chegado ao conhecimento, pela primeira vez, de segmentos da sociedade que, praticamente, não tinham tido acesso ao tema, já que, até então, essas informações circulavam em espaços restritos, na comunidade científica, seminários, palestras, publicações especializadas, revistas técnicas e livros.

Uma das subtemáticas ambientais que vem ocupando o tempo/espaço da mídia são as “queimadas fora de controle”. A cada ano, uma área maior que a do estado de São Paulo (270.000 km²) está sob risco de incêndio florestal na Amazônia. Estudos recentes demonstram que o fogo na Amazônia brasileira queima uma área duas vezes maior que a da Costa Rica. Os dados apontam para uma conclusão alarmante, que vem motivando a discussão sobre o tema sob diversas óticas: uma delas baseia-se no fato de que “o futuro climático da região depende da floresta em pé e livre de fogo” (Nepstad *et al.*, 1999). Embora seja apenas um dos componentes

de amplo debate científico sobre preservação ambiental, a prevenção ao “*fogo acidental*” tem se mostrado, nos últimos anos, tema de relevante importância para a Amazônia e seus habitantes.

O fogo possui grande utilidade na agricultura e no controle de plantas invasoras. A queimada controlada é utilizada como o método mais barato para fertilizar o solo de novas áreas agrícolas e na manutenção de pastagens. O fogo converte as árvores abatidas no desmatamento em cinzas ricas em nutrientes que são incorporadas ao solo, além de limpar o terreno de troncos e galhos derrubados. Sem o fogo, os proprietários e ocupantes de terra teriam que investir em máquinas pesadas para remover as árvores derrubadas, deixando de aproveitar o aumento, em curto prazo, da fertilidade do solo que a incorporação de cinzas promove (Nepstad *et al.*, 1999).

O desenvolvimento da região Amazônica foi pensado pelos militares, a partir da metade dos anos 60, tendo por base a pecuária de larga escala. A opção pela pecuária, como o demonstrara F. Costa (1993), objetivou conjugar abundância de terras com escassez de trabalho e capital. Reforçava-se a idéia de que “*quem não desmata não desenvolve*”. “*Para dar sustento à família o modelo é derrubar e queimar*” (Sindicalista, de Altamira). Nos últimos anos, a pecuária vem ganhando a adesão maciça de pequenos e médios produtores rurais, muitos dos quais não possuem laços familiares com a terra. São ex-pintores, ex-balconistas e desempregados: “*Muita gente vai para o mato forçado, não sabe nada*” (Colono, de Conceição do Araguaia).

A agricultura, que não conta na maioria dos casos com mecanização e assistência técnica, não se torna investimento rentável e atraente para pequenos produtores: “*Como a atividade não remunera a tendência é partir para outra e o gado é um cheque ao portador*” (Técnico da Emater, de Conceição do Araguaia). Além disso, a pecuária apresenta outras vantagens: a precariedade ou a ausência de estradas torna-se um problema menor e a infra-estrutura exigida é mínima, diferentemente de grãos, por exemplo, para os quais são necessários armazéns e beneficiadoras etc.

A maioria dos pequenos e grandes produtores dos quatro municípios, onde se deu a pesquisa de campo (Santana do Araguaia, Conceição do Araguaia, Altamira e Marabá) acredita que para manter um bom capim para o gado, é necessário limpá-lo a cada dois ou três anos, em virtude das condições climáticas da Amazônia, com alto índice de umidade, que favorece a presença de ervas daninhas e doenças no capim. Assim, o fogo torna-se um instrumento para resolver o problema.

No entanto, os incêndios na Amazônia vêm deixando de apresentar caráter emergencial para a sociedade brasileira, para adquirir características de um problema crônico. A ocorrência do

fogo fora de controle nos anos de 1987, 1992, 1995, 1997 e 1998 foi tão expressiva que ocupou considerável espaço e tempo da mídia no tratamento do tema (Ramos,1996; Vianna Júnior, 1999).

O reconhecimento das populações da Amazônia sobre os riscos e conseqüências advindas do “*fogo accidental*” tem sido buscado por diversas instituições governamentais (Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, e secretarias estaduais e municipais de meio ambiente) e não governamentais (Grupo de Trabalho da Amazônia – GTA; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM; Fundo Mundial para a Natureza – WWF; sindicatos de trabalhadores rurais etc.), envolvendo diferentes atores e interesses. Neste sentido, estratégias de comunicação voltadas para as populações amazônicas, por meio de diferentes instrumentos (vídeo, rádio, cartilhas, reuniões, capacitação etc.) estão se intensificando.

A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA DAS CAMPANHAS

Com a ressalva de que as informações obtidas em campo são baseadas, principalmente, em entrevistas realizadas com os diversos agentes envolvidos com a temática, quais sejam, pequenos produtores, pecuaristas, sindicalistas, representantes de órgãos governamentais e de ONGs, acrescentamos que as campanhas de prevenção de queimadas através do rádio, jornal e TV, os chamados veículos de comunicação de massa, têm provocado, ainda, impacto pequeno junto à população rural dos municípios de Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Marabá, no Pará. O acesso a esses veículos de comunicação ainda é restrito, em virtude da inexistência de energia elétrica em muitas áreas, e o próprio rádio, mesmo sendo a forma mais citada de acesso a mensagens ligadas à temática, ainda não está disponível para a maioria das pessoas.

Apesar do baixo custo, a manutenção de um “*radinho*” torna necessária a compra de pilhas, o sinal das rádios nem sempre chega com clareza nas áreas rurais e o agricultor, que também lida com o gado, não acha muito cômodo levar o aparelho, mesmo pequeno, para roça ou pasto. Ou seja, os horários em que o rádio realmente é ouvido pela família ou pela maioria de seus membros adultos residentes no lote, estão direcionados para o período das 11:30 às 13 horas

e das 18 às 21 horas, principalmente. A rádio mais ouvida é a Rádio Nacional de Brasília e o programa mais mencionado, a Voz do Brasil.

O rádio é considerado ótima fonte de informações para “*recados*” e avisos de reunião. Desta forma, as campanhas visando à adoção de técnicas de combate ao “*fogo sem controle*” têm conseguido seus melhores resultados através de outras formas de comunicação, baseadas, sobretudo, no contato interpessoal. “*A campanha é importante, mas é preciso construir a base*” (Sindicalista do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR –, de Santana do Araguaia). A televisão, embora com menção muito menor, também é lembrada através de campanhas da ELETRONORTE (“*cuidado com o fogo próximo às torres de energia*”) e da própria Globo (“*jogar cigarro na margem de rodovias pode causar incêndios florestais*”). Os profissionais das principais emissoras de rádio e TV dos municípios mencionados, além dos jornais, não tinham registro ou lembrança, por exemplo, de notícias veiculadas sobre o PROTEGER, implementado nas áreas citadas, em 1998-1999.

As reuniões, nas próprias comunidades, com técnicos de Secretarias de Meio Ambiente, ONGs e IBAMA são consideradas, por agricultores e fazendeiros, como o meio mais eficiente de conscientização dos prejuízos econômicos, ambientais e sociais advindos do “*fogo acidental*”. Têm possibilitado a formação de brigadas voluntárias em comunidades de alguns municípios, formadas com oito pessoas, em média. Têm se tornado uma forma de incentivo e de alerta para o problema, inibindo produtores que não estavam interessados na adoção de determinadas técnicas de controle do fogo, como os aceiros, a mudarem ou repensarem sua postura. Esclarecemos que aceiros são faixas limpas de vegetação ao redor do terreno a ser queimado, evitando que o fogo ultrapasse a área a ser queimada. A metragem recomendada pelo IBAMA é de três metros ou mais.

Além disto, como atividades complementares de alguns programas de prevenção de queimadas (por exemplo, PGAI Queimadas e Fogo Emergência Crônica), são realizadas palestras em escolas das zonas rural e urbana. Os agentes comunitários de saúde, que diariamente percorrem casas na zona rural, também são orientados, de forma voluntária, a distribuir cartilhas e monitorar a adoção de técnicas de prevenção.

Os caminhos para a substituição do fogo como instrumento agrícola ainda são longos. A mecanização é apontada como um deles, mas sua adoção depende do acesso a crédito para aquisição de máquinas, condições ambientais favoráveis – como tipo de vegetação e relevo –, e

assistência técnica. Além disto, experiências pioneiras estão sendo tentadas, como a *Roça Sem Queimada*, da Fundação Viver, Produzir e Preservar, de Altamira, envolvendo 150 famílias de 11 municípios da Transamazônica. O projeto conta com recursos do Ministério do Meio Ambiente, por um período de três anos e vem tentando vencer o desafio de produzir culturas consorciadas e perenes, sem o uso do fogo para limpeza do terreno. No entanto, as “*culturas brancas*”, como arroz e milho, base de alimentação da maioria das famílias, continuam tendo no fogo um instrumento necessário.

Não queimar tem sido para os agricultores das áreas pesquisadas “*um sonho, porque a lei pode proibir no futuro*”, segundo depoimento de colono de Altamira. Aliás, o termo colono é aqui utilizado, referindo-se ao pequeno produtor rural detentor do título de propriedade ou de posse da terra. Vários projetos de colonização foram implementados pelo INCRA na região da Transamazônica, a partir da década de 60. Nessa região, além dos colonos, é muito forte a presença de fazendas de gado e de madeiras. Segundo estimativa do próprio IBAMA, em Altamira, cerca de 90% dos fazendeiros usam a queima para manutenção dos pastos, embora em algumas propriedades, o processo esteja parcialmente mecanizado. No caso das madeiras, é comum a entrada clandestina em terras devolutas (do Estado ou União), seguida da demarcação da área, retirada de madeira e posterior derrubada para fazer pasto, quando a terra geralmente é vendida. O IBAMA não dispõe de infra-estrutura e fiscais em número suficiente para coibir esta prática. Também não é raro que fazendeiros paguem para que peões entrem em suas fazendas simulando uma invasão de terras, desmatem, queimem e saiam em seguida, deixando o fazendeiro livre de ter que arcar com a responsabilidade do desmatamento ilegal junto ao IBAMA e, conseqüentemente, da multa.

Em Altamira, Marabá, Conceição e Santana do Araguaia, houve em 1998/1999, um treinamento de monitores do PROTEGER, que repassaram as informações obtidas nas comunidades. Embora 1999 e 2000 sejam considerados anos nos quais a chuva foi mais constante e, portanto, com menos probabilidade de incêndios, os resultados da campanha podem ser sentidos no discurso e nas ações dos agricultores. Os agricultores passaram a agendar, sistematicamente, o dia da queima com o vizinho, a fazer aceiro e vigiar o fogo. Não que esses procedimentos fossem desconhecidos pela maioria, mas não havia incentivo para utilizá-los. O aumento significativo de pequenos produtores com pasto e com culturas perenes (buscando evitar perda de capim e roça) também contribuiu para o interesse pelas campanhas.

Além disso, o IBAMA passou a multar mais, inclusive os pequenos produtores. A multa nestes casos está muito mais ligada às denúncias, uma vez que o órgão não dispõe de fiscais suficientes. Se uma propriedade é atingida pelo fogo, o dono pode fazer queixa na delegacia e denunciar ao IBAMA. Muitas vezes, no entanto, alguém que quer botar fogo além do permitido legalmente, bota fogo no próprio lote ou fazenda e vai à delegacia para não ser responsabilizado e ter que pagar multa.

As reuniões com técnicos e monitores nas comunidades foram consideradas produtivas, porque geraram discussões sobre o assunto, embora existam reclamações sobre o grande espaçamento entre uma reunião e outra, de cerca de seis meses. *“Quando eu falo pessoalmente eu tiro a dúvida, na mídia não”* (Sindicalista do STR, de Santana do Araguaia). Além disso, o uso do fogo é uma prática agrícola arraigada na tradição familiar. *“Para mudar de opinião, precisa conversar muito, é uma cultura que vem de pai para filho”* (Técnico do IBAMA, em Marabá). Fatores de ordem econômica, como perda de cerca, pasto, roça, casa etc., e fatores de ordem legal, relacionados à fiscalização do IBAMA (que sobrevoou com helicóptero as áreas) e a aplicação de multas também tornaram essa sistematização necessária: *“O órgão mais sensível do homem é o bolso”* (pecuarista, de Marabá).

O trabalho de divulgação nas rádios tem se direcionado, no geral, para os *spots* (mensagens curtas, por exemplo: *“faça aceiro e avise seu vizinho antes de queimar, evite incêndios”*), sendo mais difícil a veiculação de entrevistas. As campanhas na mídia têm, no geral, como público-alvo, pequenos produtores rurais e são produzidas, na maioria dos casos, para veiculação nacional ou estadual (com exceção do trabalho localizado de ONGs). Em alguns lugares, as emissoras locais recebem pagamento por esta veiculação mais abrangente. Em outros, espera-se a adesão voluntária à campanha por parte da empresa, o que nem sempre acontece. Além disso, no caso dos municípios pesquisados até o momento (Altamira, Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e Marabá), os principais veículos de comunicação (jornais, rádios e TV) raramente receberam material para divulgação (fitas, MDs, *releases*) e quando receberam, a divulgação foi feita em horários e dias convenientes para emissora.

As queimadas aparecem como tema de reportagens, principalmente na TV e jornais, quando suas conseqüências passam a atingir, inclusive, a população urbana. É o caso de problemas respiratórios causados pela fumaça. Operações especiais por parte de órgãos governamentais, como o IBAMA, também são motivo de reportagens.

Duas experiências com o uso do rádio

Dois programas de prevenção de queimadas: o *PGAI Queimadas*, coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará, e o *Programa Fogo Emergência Crônica*, coordenado pela ONG Amigos da Terra, utilizam o rádio como o principal veículo de divulgação de suas ações. No primeiro caso, além do rádio, são utilizadas também 60 placas de 1,1 x 2,4m espalhadas pela zona rural de Conceição do Araguaia, em locais, onde os pequenos produtores costumam pegar ônibus ou passar de bicicleta. As placas com mensagens alertando sobre o risco do “*fogo accidental*” são estratégicas e se transformam em ponto de referência. Durante as reuniões, técnicos e participantes avaliam o que as pessoas acharam das placas, que têm sido vistas como “*lembrete*”, para os que não estão preocupados com a questão. Além disso, as pessoas passaram a ter as placas como referência para marcar encontros. “*A gente se vê debaixo da placa do fogo, às 7 horas*”, como colocado por um colono, de Conceição do Araguaia. As placas e inserções radiofônicas foram financiadas por um laticínio que compra leite dos pequenos produtores e que na época de estiagem fica prejudicado com o fogo. Os pastos queimam, o capim fica reduzido, o gado emagrece e o leite, mais escasso, é destinado, preferencialmente, aos bezerros, ficando a venda para segundo plano.

Além de avisos de reuniões nas comunidades durante o ano, especificamente no período de maio a setembro, são colocadas de 10 a 17 chamadas diárias na rádio local de Conceição do Araguaia. Em rádios de outros municípios no sul do Pará, trabalhados pelo PGAI Queimadas, acontece o mesmo. As mensagens são lembradas pelos pequenos produtores, que as consideram uma forma de “*incentivo para ações organizadas*”.

A mensagem, que tem como BG o som de vento, fogo e onça, diz o seguinte:

“Projeto PGAI Queimadas

Antes de fazer a sua queimada procure o Ibama e a SECTAM

Não queime antes das 17h

Queime somente após a 2^a chuva

Na ocasião em que você estiver queimando, se estiver ventando muito, comunique seus vizinhos com, no mínimo, uma semana de antecedência

Lembre-se: com fogo não se brinca

Uma atividade do Governo do Estado do PA, Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Apoio publicitário: Leitbom.”

Placa fixada numa árvore, na entrada de uma estrada vicinal:

“Não deixe nossas florestas pegarem fogo

Preserve a natureza

As queimadas estão sendo monitoradas por satélites,

Não queime sem licença

SECTAM Leitbom.”

A ONG Amigos da Terra, que vem trabalhando com o *Projeto Fogo Emergência Crônica* em Marabá, possui um programa de rádio semanal de 20 minutos de duração, feito ao vivo na Rádio Clube (AM). O programa intitulado *Projeto Fogo*, que tem patrocínio do Ministério das Relações Exteriores da Itália, teve início em abril de 2000 e recebe uma média de cinco cartas semanais de vários municípios do sudeste do Pará. As cartas fazem elogios ao programa e se destinam, basicamente, a pedir calendários, bonés e camisetas. Os apresentadores são o radialista veterano Zeca Moreno e a coordenadora do Projeto, Carmem Figueiredo.

A estrutura do programa está baseada na divulgação das ações do projeto realizadas em escolas, hospitais e zona rural, motivando o debate sobre os problemas de saúde, ambientais e econômicos causados pelo “*fogo acidental*”. Além do mais, toca músicas sertanejas e MPB.

Cartilhas

As cartilhas foram a fonte mais constante de consulta, no formato impresso, dos pequenos produtores rurais e mesmo dos fazendeiros, sobre orientações ligadas às campanhas de prevenção de queimadas nos quatro municípios. A mais difundida foi produzida pelo IBAMA, através do PREVFOGO. Colorida, em forma de estória em quadrinhos, dá orientações sobre procedimentos

necessários para evitar que o fogo fuja de controle (contrafogo⁷, aceiro, horário mais seguro para pôr fogo etc.).

Embora seja constantemente mencionada pelos pequenos agricultores, o uso da cartilha esbarra em alguns problemas: boa parte dos agricultores é analfabeta e muitos têm problemas de visão. Desta forma, as grandes apreciadoras da cartilha são as crianças. Muitos agricultores simplesmente “*guardam*” a cartilha, sem lê-la. Mesmo assim, serviu como incentivo às discussões nas comunidades. Algumas críticas foram feitas à linguagem empregada em cartilhas, *folders* (que os entrevistados não souberam especificar a procedência) e nas próprias reuniões. Muitos agricultores alegaram não conhecer o significado de palavras como atear, por exemplo. O uso de expressões como “*sô*” foram consideradas inapropriadas por alguns, por possuir tom pejorativo. Expressões com “*sotaque caipira*” também foram vistas como “*fora de contexto*”, por se tratar de palavras pouco usadas localmente, por exemplo: compadre.

A ausência de exemplos nas cartilhas sobre as conseqüências do desmatamento em diferentes regiões e de informações sobre alternativas de uso ao fogo também foi considerada negativa, pois para alguns agricultores é um contra-senso uma cartilha que pretende apenas “*ensinar o agricultor queimar de maneira que não queima*”, ou seja, algumas técnicas (horário, por exemplo) acabam resultando em roças mal queimadas. O excesso de informações também “*confundi*” o entendimento do conteúdo. É o caso da cartilha *Alternativas para práticas das queimadas na Agricultura*, produzida pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, elaborada quase em sua totalidade com texto, utilizando poucas fotos e ilustrações.

A realidade mostrada pela cartilha do PREVFOGO e o dia-a-dia dos agricultores talvez sejam o principal problema apontado. O tipo de vegetação que serve de exemplo para o uso das técnicas indicadas na cartilha (cerrado) é diferente da realidade Amazônica e da existência de floresta virgem em muitas áreas. Assim, segundo a conclusão de pequenos agricultores e fazendeiros, aceiros “*servem mais para proteger a cerca*” e dificilmente conseguem impedir a passagem do fogo, cujas faíscas “*pulam*” a grandes distâncias com a ajuda do vento (os aceiros recomendados são de mais de três metros). Outra questão prática é fazer aceiros com o apoio apenas da mão-de-

⁷ O contrafogo é uma das formas para evitar que o fogo fuja do controle. É feito da seguinte maneira: o fogo contra o vento é iniciado lentamente, sempre partindo do aceiro. Com isso, a vegetação que se encontra à beira do aceiro é queimada e o aceiro vai sendo alargado. Quando uma área considerada segura, já tiver sido queimada, é colocado o fogo no aceiro do outro lado do terreno, desta vez, a favor do vento, fazendo o contrafogo.

obra familiar e de vizinhos com a metragem sugerida, o que demanda muito trabalho e tempo, tornando-os quase inviáveis. Os aceiros feitos pelos agricultores são, em média, de dois metros. Do mesmo modo, a queima “*por partes*”, como sugere a cartilha do PREVFOGO, é considerada impraticável pelo pequenos produtores: “*o fogo não quer saber disso, sapeca tudo*” (Colono, de Marabá).

A ausência de equipamentos de combate ao fogo, na maioria das comunidades, é outro fator destoante em relação ao proposto pela cartilha. Os pequenos produtores utilizam ramos verdes e bombas de veneno (cheias de água) para controlar o fogo. Abafadores, bombas de água e outros itens estão longe da realidade local. Alguns municípios receberam os equipamentos, mas estes ficaram depositados na Prefeitura Municipal, impossibilitando o acesso imediato.

Os cartazes também são lembrados e permanecem fixados no interior de muitas casas, mas são considerados uma espécie de “*enfeite doméstico*”. Já os calendários, em forma de “*folhinha*”, possuem utilidade mais prática, além de chamar mais a atenção. A ONG Amigos da Terra que desenvolve um trabalho de prevenção de incêndios em vários municípios, entre eles, Marabá, elaborou um calendário com estória em quadrinhos contendo orientações para o fogo controlado. Os pequenos produtores consideraram, em sua maioria, o calendário útil por incentivá-los a lembrar de datas importantes (reuniões, avisar o vizinho sobre a queima etc.) relacionadas ao fogo. Este calendário estava exposto não apenas nas comunidades, mas em quase todos os órgãos governamentais dos municípios estudados.

Mais raramente, *outdoors* também são usados na divulgação das campanhas. A ONG Amigos da Terra, colocou no período de estiagem uma média de cinco *outdoors* na parte urbana de Marabá. A mensagem, embora as pessoas se recordem que trata sobre fogo, não é compreendida por ser considerada confusa: “*Quem pensa em fogo na chuva não se queima*”.

CONCLUSÃO

O objetivo deste texto foi apresentar reflexões e dados preliminares coletados em campo, que contribuíam para o debate sobre campanhas de prevenção de queimadas no estado do Pará. A pesquisa tem como um de seus principais objetivos realizar um estudo crítico sobre o uso da comunicação por ONGs e órgãos governamentais envolvidos com a temática, que tem ocupado um lugar cada vez mais constante na mídia, nas decisões políticas e no cotidiano das pessoas.

REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, L.; QUIRINO, N. de O. *Subsídios para uma teoria da comunicação de massa*. São Paulo: Summus, 1986.
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *Alternativas para a prática das queimadas na agricultura*. Brasília, [199-].
- CANCLINI, N. G. *et al.* *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. *Mapas nocturnos: diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Ed., 1998.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMMD). *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- COSTA, F. de A. Novos paradigmas e realidade brasileira. In: XIMENES, T. (Org.). *Encontro de ciências sociais Norte e Nordeste*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.
- DeFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- FERREIRA, L. da C. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- GÓMEZ, G. O. *De las mediaciones a los medios: contribuciones de la obra de Martín-Barbero al estudio de los medios y sus procesos de recepción*. In: CANCLINI, N. G. *et al.* *Mapas nocturnos: diálogos con la obra de Jesús Martín-Barbero*. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Ed., 1998.
- IBAMA. *Queima controlada: o verde é a cor do Brasil*. Brasília, 1998.
- LIMA, Lucimar *et al.* *Fogo legal*. Belém: IPAM, 1999.
- MARTÍN-BARBERO, J. M. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. de. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MATTOS, M. M. *et al.* *Cartilha sobre mapeamento de área, cubagem de madeira e inventário florestal*. Belém: IPAM, 1992.

NEPSTAD, D. C.; MOREIRA; A. G.; ALENCAR, A. A. *A floresta em chamas: origens, impactos e prevenção de fogo na Amazônia*. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.

PROARCO. *Programa de prevenção e controle às queimadas e incêndios florestais no Arco do Desflorestamento*. [s. l.]: MMA, 1998.

PRODESQUE: monitoramento e controle do desmatamento e queimada da Amazônia. [s. l.]: MMA, 1998.

RAMOS, L. F. A. *Meio ambiente e meio de comunicação*. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

REGULAMENTO de queimadas na Colônia del Rey. Paragominas: Associação dos Mini e Pequenos Produtores da Colônia Del Rey, 1996.

ROÇA sem queimada: a agricultura em andares como alternativa. Belém: SECTAM, 1998.

VIANNA JÚNIOR, A. *Relatório de avaliação e de recomendações do PROTEGER*. Brasília, 1999. (Digitado).

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). *Ecologia & política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 65-109.

VIOLA, E. J. *et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

WORKSHOP sobre prevenção de queimadas acidentais na Amazônia: relatório de atividades. Belém: IPAM, 1998. (Digitado).